Recomendações da TCFD/FSB sobre divulgação de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas

Uma análise no contexto do setor bancário brasileiro e propostas de ação

Dezembro de 2018

SITAWI
FINANÇAS do BEM

Preparado para:

FEBRABAN
Federação Brasileira de Bancos

REALIZAÇÃO

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

Mario Sergio Fernandes de Vasconcelos
Diretor de Sustentabilidade e Marketing

Beatriz Stuart Secaf
Assessora de Sustentabilidade

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

SITAWI Finanças do Bem

Gustavo Pimentel
Diretor

Guilherme Teixeira
Consultor

Beatriz Maciel
Pesquisadora

AGRADECIMENTOS

Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da FEBRABAN (CRSS)

Grupo de Trabalho FEBRABAN
B3, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Votorantim, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, China Construction Bank, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank e Santander

Preparado para:

SITAWI FINANÇAS do BEM

FEBRABAN Federação Brasileira de Bancos

Sumário

Resumo Executivo 5

1. **Apresentação** 10
2. **As mudanças do clima e o papel da TCFD** 12
3. **As Recomendações da TCFD** 17
   - 3.1. Estrutura 17
   - 3.2. Orientações suplementares para bancos 19
   - 3.3. Princípios para a divulgação efetiva 20
   - 3.4. Meios de reporte 22
4. **Correlação entre as Recomendações e demais *frameworks* de reporte** 23
5. **Práticas internacionais** 28
6. **Engajamento nacional e próximos passos** 36
   - 6.1. A trajetória de implementação 36
   - 6.2. Recomendações aos bancos 37
   - 6.3. Plano de ação no nível da FEBRABAN 51
   - 6.4. E o setor não-financeiro? 53

ANEXO I – Correspondência entre Setores críticos definidos pela TCFD e Divisões CNAE 54

ANEXO II – Ações no nível da FEBRABAN 55

ANEXO III – Plano de ação para a FEBRABAN (elaboração própria). 60

Siglas e Acrônimos

BCB	Banco Central do Brasil
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
FSB	Financial Stability Board
GICS	Global Industry Classification Standard
GRI	Global Reporting Initiative
GEE	Gases de Efeito Estufa
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
NAICS	North American Industry Classification System
PRSA	Política de Responsabilidade Social e Ambiental
SEC	Securities and Exchange Comission
SARB	Sistema de Autorregulação Bancária
SFN	Sistema Financeiro Nacional
TCFD	Task Force on Climate-related Financial Disclosures

Resumo Executivo

Em junho de 2017, a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), criada dois anos antes pelo Financial Stability Board atendendo a uma solicitação do G20, publicou um conjunto de recomendações para empresas e instituições financeiras divulgarem informações relativas aos impactos financeiros das mudanças climáticas em seus negócios, bem como suas práticas para lidar com este tema. O objetivo é aumentar o entendimento dos mercados sobre como riscos físicos (ex: aumento das temperaturas, ocorrência de eventos extremos), riscos de transição (ex: adaptações tecnológicas, mudanças na regulação) e oportunidades relacionadas às mudanças do clima podem impactar os negócios.

Para que os bancos estejam aptos a divulgar estas informações, é necessário que se engajem em uma trajetória que envolva a adaptação de suas estruturas de governança, estratégias, processos de gestão de riscos e a revisão de suas práticas de publicação de relatórios e demonstrativos regulamentares.

Mais de 500 organizações já formalizaram apoio à TCFD[1], enquanto, no setor financeiro, países como França e Reino Unido já desenvolveram normas para divulgação de informações relacionadas aos impactos financeiros das mudanças climáticas[2]. As experiências de alguns bancos internacionais que já iniciaram voluntariamente esta trajetória deixam como lições a importância de: (i) envolvimento da alta liderança; (ii) realização de análises de cenários piloto para setores críticos; e (iii) a revisão de ferramentas e processos para incorporação da dimensão climática na tomada de decisão. Essas práticas já habilitaram alguns bancos a reportar a questão climática como prioritária em seus relatórios e comunicar aos seus investidores e demais públicos de interesse como tratam este tema.

[1] Até novembro/2018

[2] Na França, a regulação existe desde 2015. No Reino Unido, a norma foi colocada em consulta em novembro/2018

No setor bancário brasileiro, a evolução da agenda de riscos socioambientais nos bancos, especialmente a partir da Resolução CMN 4327/2014, é um facilitador nesta trajetória. Além de atender aos requerimentos regulatórios, há bancos com maior sensibilidade às questões climáticas que vêm desenvolvendo processos de gestão de riscos para clientes mais expostos às mudanças climáticas e de captura de oportunidades na transição para uma economia de baixo carbono e mais resiliente às mudanças do clima. A identificação desta sensibilidade deve ser um ponto de partida para priorização da gestão dos riscos e oportunidades climáticas.

Realizar as divulgações recomendadas pela TCFD não deve ser um processo isolado de outras iniciativas de reporte nem das práticas de gestão de riscos. O Questionário de Mudanças Climáticas do CDP e as normas do Global Reporting Initiative (GRI) para relatórios de sustentabilidade têm considerável alinhamento às Recomendações da TCFD, o que pode auxiliar aqueles bancos que já adotam estes reportes voluntários. Além disso, diversos itens das Orientações feitas pela TCFD para incorporação da questão climática na Governança, Estratégia e Gestão de Riscos têm correlação com os requerimentos regulatórios para gestão de riscos socioambientais no setor financeiro e com demandas de reporte de mercados de capitais. Dessa forma, o atendimento a uma das demandas pode facilitar o cumprimento da outra.

A partir do entendimento da sensibilidade de suas carteiras ao risco climático e de como as Recomendações da TCFD dialogam com práticas já adotadas e outros *frameworks* de risco socioambiental, os bancos precisam ter uma lente específica da dimensão climática na incorporação de questões socioambientais à estratégia e gestão de riscos e oportunidades.

Para que o setor bancário nacional avance neste tema, e considerando seu estágio atual, recomenda-se o seguinte conjunto de ações que, gradativamente, os aproximarão da implementação das Recomendações da TCFD:

Conjunto de ações recomendadas aos bancos, em ordem cronológica

Ações	Potenciais resultados
1. **Aplicação da Régua de Sensibilidade às questões climáticas como instrumento de priorização de ações estratégicas e materialidade do reporte**	• Melhor entendimento da materialidade de informações relacionadas a mudanças climáticas • Priorização de ações
2. **Revisão sobre a governança de riscos climáticos (quem é responsável, quais as responsabilidades)**	• Maior clareza sobre responsabilidades dentro da estrutura de gestão de riscos • Atribuição a responsáveis pela agenda de implementação das Recomendações da TCFD
3. **Revisão, com "a lente TCFD", das informações disponibilizadas publicamente em documentos dos bancos e demais *frameworks* de reporte**	• Identificação do alinhamento já existente às Recomendações e das principais lacunas, para sua correção
4. **Incorporação de agenda específica de implementação das Recomendações da TCFD aos Colegiados de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental e ao Conselho de Administração**	• Envolvimento da alta liderança • Estruturação de uma agenda de trabalho alinhada aos Planos de Ação da PRSA
5. **Monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades climáticas**	• Identificação de setores críticos com maior exposição, para priorizar ações de gestão de riscos e oportunidades climáticas com recorte setorial
6. **Recomendação de adesão à compromissos voluntários de reporte (ex: CDP, GHG Protocol) para os clientes mais críticos**	• Sinalização aos clientes sobre importância de considerar impactos das mudanças climáticas sobre seus negócios • Maior disponibilidade de informações comparáveis e confiáveis sobre exposição dos clientes
7. **Incorporação do tema Mudanças Climáticas nos processos de planejamento estratégico**	• Identificação de riscos e oportunidades climáticas em curto, médio e longo prazos
8. **Elaboração de posicionamento sobre Mudanças Climáticas, formalizando entendimento sobre o tema, iniciativas e compromissos**	• Melhor comunicação com investidores, clientes e demais grupos de interesse sobre sua exposição a riscos e oportunidades climáticas

Ações	Potenciais resultados
9. **Desenvolvimento de análises de cenários climáticos para suas carteiras, partindo de projetos-piloto**	• Mensuração dos potenciais impactos das mudanças climáticas em médio e longo prazo • Identificação de setores críticos para priorizar ações de recorte setorial
10. **Incorporação das informações relacionadas a clima nos relatórios financeiros**	• Melhor comunicação com investidores, clientes e demais grupos de interesse sobre sua exposição a riscos e oportunidades climáticas, bem como ações para gerenciá-la
11. **Revisão de instrumentos de risco socioambiental utilizados na concessão de crédito, para incorporação de informações sobre exposição do cliente às mudanças climáticas**	• Maior disponibilidade de informações comparáveis e confiáveis sobre exposição dos clientes • Maior embasamento para tomada de decisão nas equipes de crédito e risco
12. **Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito**	• Sinalização aos clientes sobre importância de considerar impactos das mudanças climáticas sobre seus negócios • Maior embasamento para tomada de decisão nas equipes de crédito e risco, permitindo priorização de operações menos expostas ao risco climático
13. **Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos**	• Captura de oportunidades de apoio a projetos e setores de baixo carbono e/ou resilientes às mudanças climáticas

A partir da publicação, em junho de 2017, a TCFD estabeleceu um cenário no qual instituições financeiras e empresas não-financeiras implementarão as Recomendações nos cinco anos subsequentes – isto é, até 2022 – compreendendo e reportando melhor sua exposição às mudanças do clima.

Para apoiar esta trajetória, a FEBRABAN também se comprometeu a desenvolver iniciativas que apoiem o setor bancário nesta transição, endereçando questões-chave com as quais é possível contribuir como associação setorial. Estas questões ajudam a disseminar conhecimento e sensibilização sobre o tema, além de tratar de questões cuja necessidade de maior desenvolvimento é destacada pela TCFD.

Temas de apoio da FEBRABAN aos bancos

<table>
<tr><th>Questões que demandam maior discussão no mercado, de acordo com a TCFD</th><th colspan="2">Suporte transversal</th></tr>
<tr><td>Relacionamento com outras iniciativas de reporte</td><td rowspan="4">Sensibilização nos bancos e empresas não-financeiras</td><td rowspan="4">Fortalecimento das capacidades dos bancos</td></tr>
<tr><td>Análise de cenários</td></tr>
<tr><td>Disponibilidade e qualidade de informações relacionadas a clima e seu impacto financeiro</td></tr>
<tr><td>Exemplos de divulgação em linha com as Recomendações</td></tr>
</table>

Para além dos esforços dos bancos, o êxito da implementação destas Recomendações passa pelo engajamento dos clientes do setor bancário, que devem preparar informações sobre exposição de seus negócios às mudanças climáticas, que serão utilizadas pelos bancos e demais investidores. Ao mesmo tempo, ao aderir às Recomendações, as empresas não-financeiras incrementam seus processos de gestão e estratégia para mitigar riscos climáticos e capturar oportunidades de negócios.

1. Apresentação

Em dezembro de 2015, o Financial Stability Board (FSB) criou uma força-tarefa junto com representantes de diferentes setores econômicos, públicos e privados, para tratar da disponibilidade e qualidade de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas. Esta iniciativa partiu do entendimento de que a estabilidade do sistema financeiro global pode ser afetada pelas mudanças climáticas, possibilitando impactos sistêmicos com efeitos danosos sobre a sociedade e a economia real.

O FSB atua como um braço operacional para assuntos financeiros do grupo de líderes dos países do G20, reunindo presidentes dos bancos centrais e ministros da fazenda destas nações e de outras associadas. Monitora e faz recomendações para promoção da estabilidade financeira, o que o levou a atuar neste tema.

Esta força-tarefa, a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), envolveu a colaboração de bancos, fundos de pensão, gestores de recursos, seguradoras, empresas de diversos setores produtivos, agências de classificação de risco, firmas de auditoria, além de consultas públicas a outros grupos de interesse. Em junho de 2017, a TCFD chegou a um conjunto de Recomendações para orientar as empresas e instituições financeiras a divulgarem informações relativas aos impactos financeiros das mudanças climáticas para seus negócios, bem como suas práticas para lidar com este tema.

Acompanhando esta questão desde o início[3], a FEBRABAN trouxe em fevereiro de 2018 o tema para discussão no setor bancário nacional, no 52º Café com Sustentabilidade. Nos meses seguintes, desenvolveu um trabalho de análise das Recomendações e interpretação destas no contexto do setor bancário nacional. Como resultado, definiu-se um conjunto de ações para apoiar os bancos na trajetória de alinhamento ao que a TCFD recomenda. Esta iniciativa, realizada com apoio da SITAWI Finanças do Bem, envolveu a participação de um grupo de trabalho integrado por 11 bancos[4].

[3] Acesse outros estudos realizados pela FEBRABAN no tema de riscos e oportunidades climáticas em: https://portal.febraban.org.br/pagina/3085/43/pt-br/sfn-economia-verde

[4] Bancos participantes: Banco B3, Banco do Brasil, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, CCB Brasil, Citibank, Itaú Unibanco, Rabobank, Santander e Votorantim.

A FEBRABAN entende que este trabalho se alinha aos esforços globais de implementar as Recomendações da TCFD e contribui para os bancos e empresas brasileiras em sua transição a uma economia de baixo carbono, bem como para a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Como indicador destes esforços globais, a TCFD já conta com mais de 500 apoiadores formais[5], entre os quais estão bancos, investidores, empresas não-financeiras, órgãos reguladores e associações setoriais.

[5] Número referente a novembro/18

2. As mudanças do clima e o papel da TCFD

Em setembro de 2015, o presidente do Bank of England (banco central inglês) e do Financial Stability Board (FSB), Mark Carney, afirmou em discurso[6] que os desafios atualmente impostos pelas mudanças climáticas são pequenos quando comparados ao que ainda está por vir e, portanto, quanto mais cedo forem tomadas ações para mitigar e gerir os riscos associados a essas mudanças, menor será o custo do ajuste.

É amplamente aceito pela comunidade científica que os riscos econômicos e sociais desencadeados pelas mudanças climáticas são resultado das emissões acumuladas de gases de efeito estufa (GEE) intensificadas pelas atividades humanas, e o aquecimento global derivado deste processo. Mudanças nos padrões hidrológicos, aumento gradual da temperatura, aumento do nível do mar, maior frequência e severidade de eventos extremos como ondas de calor e tempestades são efeitos físicos decorrentes das mudanças climáticas. Esse panorama impõe aos negócios o desafio de lidar com mudanças não consideradas em cenários *business-as-usual*.

Contudo, ainda que alguns destes impactos já estejam se materializando, estimar sua intensificação e a magnitude dos impactos futuros é um desafio. Principalmente quando consideramos que os impactos das mudanças climáticas serão sentidos além dos horizontes tradicionais da maioria dos agentes econômicos.

Mark Carney em seu discurso "Tragédia do Horizonte" se referiu ao descasamento entre os horizontes temporais do planejamento estratégico das organizações e as trajetórias dos cenários climáticos. De fato, ciclos de negócios, ciclos das autoridades monetárias e horizontes de crédito, por exemplo, não passam de uma década – em geral, até menos –, ao passo que, apesar de alguns impactos já estarem se materializando, as maiores consequências e desdobramentos dos riscos climáticos só serão sentidas no longo prazo, em horizonte que ultrapassa 10 anos.

[6] https://www.bankofengland.co.uk/speech/2015/breaking-the-tragedy-of-the-horizon-climate-change-and-financial-stability

Portanto, esse descasamento de horizontes pode significar que quando as mudanças climáticas se tornarem uma questão urgente a ser incorporada no planejamento das organizações já será tarde demais para que ações de mitigação e adaptação sejam tomadas. Como resultado, os impactos gerarão perdas que comprometerão a viabilidade da atividade empresarial e afetarão o modo de vida das sociedades de maneira geral, em magnitude ainda não claramente previsível.

Para minimizar estas incertezas e antecipar-se à materialização dos potenciais riscos, credores, investidores e seguradoras precisam entender como as questões climáticas podem afetar o futuro desempenho financeiro das organizações, isto é, como balanços patrimoniais, demonstração de resultados e dos fluxos de caixa destas serão afetados.

Este esforço contribui para uma precificação mais precisa de ativos, mensuração de riscos e melhor alocação de capital, reduzindo a vulnerabilidade a impactos abruptos à economia real decorrentes das mudanças climáticas. É este entendimento que faz com que as Recomendações da TCFD se diferenciem de demais iniciativas de gestão e reporte de mudanças climáticas pela ênfase nos impactos econômico-financeiros do tema.

Isso também coloca o setor financeiro em posição diferente de outros setores, já que é tanto um produtor quanto usuário de informações financeiras relacionadas às mudanças climáticas. No desenho das Recomendações, a TCFD considerou a necessidade de que as instituições financeiras consigam identificar e reportar às suas partes interessadas sua exposição a setores carbono-intensivos e como a exposição destes setores a riscos climáticos geram exposição do setor financeiro. Para tanto, a TCFD definiu orientações específicas para bancos, seguradoras, gestores de recursos e proprietários de ativos (*asset owners*).

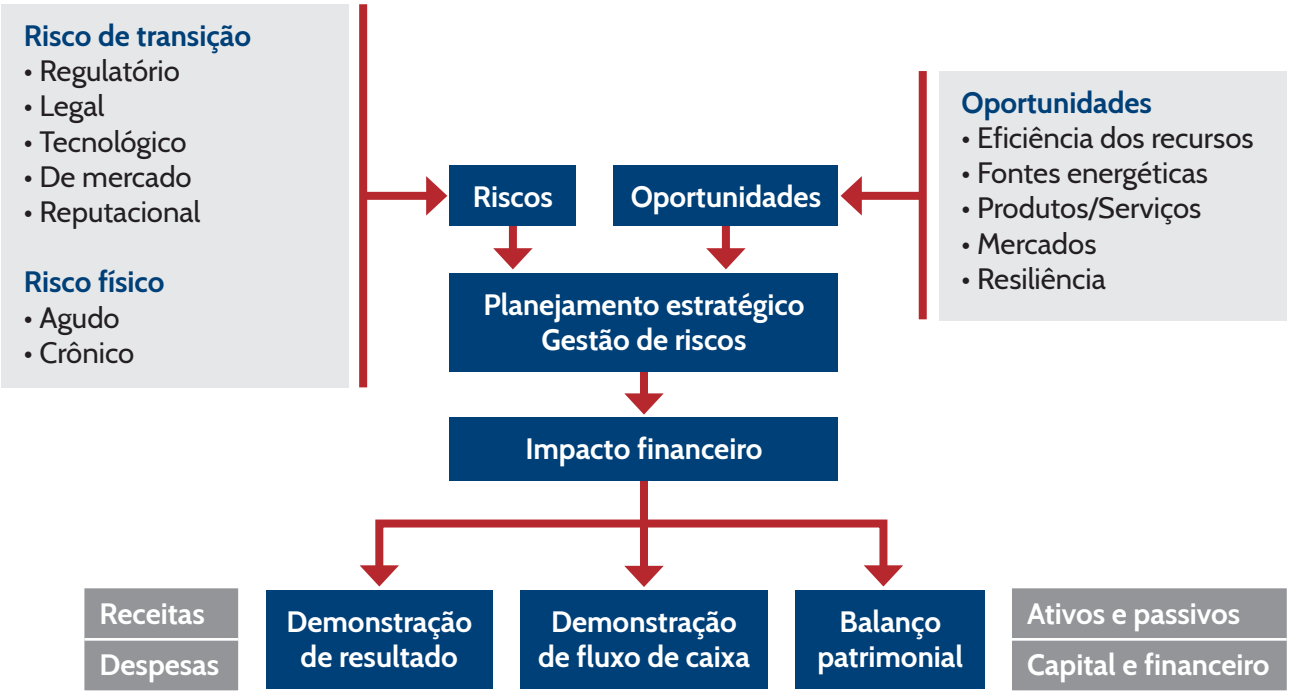
Em linha com essas orientações, autoridades reguladoras do setor financeiro já vêm discutindo em alguns países o requerimento da divulgação de informações relacionadas às mudanças climáticas por parte das instituições. Na França, a partir de 2015, os maiores gestores de ativos e investidores institucionais precisam reportar a exposição de suas carteiras a riscos climáticos e como consideram este componente em sua gestão. No Reino Unido, foi colocada em consulta em novembro de 2018, uma norma para exigir de bancos e seguradoras o estabelecimento de governança, gerenciamento de riscos e a análise de cenários associados a mudanças climáticas e a divulgação de riscos associados.

Como principais atores na concessão de crédito e oferta de serviços financeiros, os bancos estão expostos aos riscos e oportunidades climáticos não só de forma direta –isto é, através de suas atividades -, como também de forma indireta – ou seja, por seus empréstimos e outras atividades que exercem como intermediários financeiros.

De maneira análoga, as oportunidades de adaptação e mitigação das mudanças climáticas, disponíveis para diferentes setores da economia, também podem se transformar em oportunidades para os bancos, disponibilizando recursos para uma economia mais resiliente e de menor emissão de GEE.

Para que estas informações sejam entendidas de forma mais padronizada e comparável, a TCFD desenvolveu uma taxonomia que indica como riscos e oportunidades podem afetar as empresas.

Figura 1 – Riscos e oportunidades climáticos e seus impactos financeiros*



* Adaptado de TCFD (2017)

No caso das oportunidades, as categorias não são mutuamente excludentes. Para os bancos, estas oportunidades podem ser traduzidas em:

I. Aumento na demanda por recursos e serviços financeiros para setores e projetos que contribuam na transição para economia de baixo carbono;
II. Oferta de novos produtos e serviços que contribuam com esta transição;
III. Aumento na captação de recursos junto a investidores com mandatos de apoio financeiro à mitigação e adaptação às mudanças climáticas

Já com relação a riscos, as carteiras dos bancos estão expostas a riscos que podem ser segmentados conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Riscos Climáticos Físicos e de Transição*

Riscos aos clientes dos bancos			Riscos aos bancos
Riscos de Transição Relacionados à transição para uma economia de baixo carbono	Regulatório	Resultante de mudanças regulatórias que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono	Dimensões tradicionais de risco: Crédito Mercado Legal Liquidez Operacional (...)
	Legal	Decorrente do risco de litígio relacionado à suposta contribuição para intensificação das mudanças climáticas	
	Tecnológico	Decorrente dos esforços para adoção de tecnologias, produtos e serviços com menor emissão de GEE	
	De mercado	Resultante de mudanças na oferta/demanda de certos produtos/serviços devido a questões relacionadas ao clima	
	Reputacional	Relacionado à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono	
Riscos Físicos Relacionados aos impactos físicos das mudanças climáticas	Agudo	Decorrente de eventos climáticos extremos (ex: ciclones, furacões, inundações, etc.), com aumento da intensidade e frequência	
	Crônico	Proveniente de mudanças de longo prazo em padrões climáticos, que podem causar, por exemplo, aumento do nível do mar ou constantes ondas de calor	

* Adaptado de TCFD (2017)

No Brasil, apesar da recente queda de 2,3% das emissões de GEE entre 2016 e 2017[7], estimativas apresentadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) apontam uma tendência de aumento das emissões em todos os setores até 2020.

Esse indicador ilustra como os setores mais relevantes para a economia nacional também são intensivos em emissões de carbono, ao mesmo tempo que dependem de recursos naturais vulneráveis ao aumento da temperatura terrestre. A concentração da ocupação urbana em áreas próximas ao litoral também é um fator de risco para as pessoas, ativos de infraestrutura e serviços localizados nestas regiões, devido às tendências de elevação do nível do mar[8]. Em paralelo, estima-se que a necessidade de investimentos em medidas de redução das emissões no Brasil se aproxime de R$ 890 bilhões[9] até 2030 para atingir a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) frente ao Acordo de Paris.

Este panorama indica que riscos e oportunidades decorrentes das mudanças climáticas também são – e serão em maior intensidade no futuro – transmitidos ao setor bancário nacional, o que justifica a importância das Recomendações da TCFD.

[7] SEEG, 2018

[8] Decisões sobre infraestrutura considerando riscos climáticos (WWF, 2017)

[9] Documento-base para Subsidiar os Diálogos Estruturados Sobre a Elaboração de uma Estratégia de Implementação e Financiamento da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil ao Acordo de Paris (MMA e BID, 2017)

3. As Recomendações da TCFD

3.1. Estrutura

As Recomendações da TCFD estão divididas em quatro dimensões: Governança, Estratégia, Gestão de Riscos e Métricas e Metas. As dimensões de reporte também devem ser consideradas internamente pelas organizações para que estejam aptas a lidar com riscos e oportunidades climáticas. Dessa forma, mais do que orientar sobre reporte, as Recomendações devem ser entendidas como orientações aos bancos para uma melhor gestão de riscos e oportunidades.

As Recomendações de Governança e Gestão de Riscos se referem à atribuição de responsabilidades sobre as questões climáticas e aos processos empregados pelas organizações para identificar, avaliar e gerenciar tais questões. Para elaborar e divulgar essas informações não são necessárias análises prospectivas, mas sim a avaliação de processos correntes, pois elas visam fornecer o contexto atual das organizações para as partes interessadas.

Já as Recomendações de Estratégia e Métricas e Metas requerem a identificação e avaliação dos impactos das questões climáticas sobre os modelos de negócios e os mercados das organizações e as métricas de mensuração e monitoramento dessas questões. Para realizar este tipo de avaliação, é preciso superar o problema do descasamento de horizontes temporais entre o planejamento estratégico e as trajetórias dos cenários climáticos, através do uso de ferramentas como as análises de cenários.

Distribuídas entre as quatro dimensões, constam 11 Divulgações Recomendadas (*Recommended Disclosures*), que detalham informações mais específicas a serem consideradas para reporte. Por fim, para cada Divulgação Recomendada, existe um conjunto de Orientações (*Guidance*), que podem ser gerais – aplicáveis a diferentes setores – ou suplementares, para setores econômicos específicos.

Tabela 2 – Estrutura das recomendações da TCFD*

	Governança	Estratégia	Gestão de Riscos	Métricas e Metas
Recomendações	Divulgar a governança da organização sobre os riscos e oportunidades climáticos.	Divulgar os impactos reais e potenciais dos riscos e oportunidades climáticos sobre os negócios, a estratégia e planejamento financeiro da organização, quando a informação for material.	Divulgar como a organização identifica, avalia e gerencia os riscos climáticos.	Divulgar as métricas e metas utilizadas para avaliar e gerenciar os riscos e oportunidades climáticos, nos casos em que a informação for material.
Divulgações recomendadas	a. Descrever a supervisão do Conselho de Administração sobre os riscos e oportunidades climáticos	a. Descrever os riscos e oportunidades climáticos identificados no curto, médio e longo prazo	a. Descrever os processos de identificação e avaliação dos riscos climáticos	a. Divulgar as métricas utilizadas para avaliar os riscos e oportunidades climáticos de acordo com a estratégia e o processo de gestão de risco
	b. Descrever o papel da diretoria executiva na avaliação e gestão de riscos e oportunidades climáticos	b. Descrever o impacto dos riscos e oportunidades climáticos sobre os negócios, estratégia e planejamento financeiro	b. Descrever os processos de gestão dos riscos climáticos	b. Divulgar as emissões de GEE de Escopo 1, 2 e, se apropriado, 3, e os riscos relacionados
		c. Descrever a resiliência da estratégia da organização, considerando diferentes cenários climáticos (incluindo um cenário de 2°C ou menos)	c. Descrever como os processos de identificação, avaliação e gestão dos riscos climáticos estão integrados ao gerenciamento global de riscos da organização	c. Descrever as metas utilizadas pela organização na gestão de riscos e oportunidades climáticos e seu desempenho frente a essas metas
Orientações	Orientações gerais + Orientações suplementares setoriais			

* Elaboração Própria, a partir do conteúdo apresentado pela TCFD (2017)

3.2. Orientações suplementares para bancos

As orientações suplementares foram desenvolvidas para setores mais expostos às questões climáticas, como o setor Financeiro (dividido em Bancos, Seguradoras, Asset Owners e Gestores de Recursos); Energia; Transportes; Agricultura; Construções e Materiais. As Orientações dialogam diretamente com questões específicas da natureza destes setores. No caso dos bancos, a exposição e o impacto das mudanças climáticas sobre as carteiras de clientes são os principais fatores que influenciaram a definição de Orientações suplementares, apresentadas na tabela 3.

Tabela 3 – Orientações Suplementares para Bancos*

Recomendação	Divulgação Recomendada	Orientação suplementar para bancos
Estratégia	a. Descrever os riscos e oportunidades climáticos identificados no curto, médio e longo prazo	Os bancos devem descrever concentrações significativas de exposição da carteira a ativos carbono-intensivos. Adicionalmente, devem considerar a divulgação dos riscos climáticos (de transição e físicos) de suas carteiras e de outros serviços que exercem como intermediários financeiros.
Gestão de Riscos	b. Descrever os processos de identificação e avaliação dos riscos climáticos	Os bancos devem considerar a caracterização de seus riscos climáticos no contexto das categorias tradicionais de risco, como risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional. Também devem considerar a descrição de quaisquer *frameworks* de classificação de risco que tenham sido utilizados (como o do Enhanced Disclosure Task Force[10])

[10] A Enhanced Disclosure Task Force foi criada pelo FSB em 2012 e gerou orientações ao setor financeiro sobre o reporte de riscos.

Recomendação	Divulgação Recomendada	Orientação suplementar para bancos
Métricas e Metas	c. Divulgar as métricas utilizadas para avaliar os riscos e oportunidades climáticos de acordo com a estratégia e o processo de gestão de risco	Os bancos devem disponibilizar as métricas utilizadas para avaliar o impacto dos riscos climáticos sobre as operações de crédito e outras atividades de intermediação no curto, médio e longo prazos. As métricas fornecidas podem estar relacionadas à exposição em crédito, participações de equity ou dívida, ou ainda trading positions, discriminadas por: indústria; localização geográfica; qualidade do crédito (ex: com/sem grau de investimento, *rating*); prazo médio. Os bancos devem fornecer também o montante e porcentagem de ativos carbono-intensivos (*carbon-related assets*) sobre os ativos totais, assim como o montante de empréstimos e financiamentos relacionados a oportunidades climáticas.

* Elaboração Própria, a partir do conteúdo apresentado pela TCFD (2017)

3.3. Princípios para a divulgação efetiva

Em seu guia para implementação das Recomendações[11], a TCFD descreve sete princípios fundamentais para uma divulgação efetiva a serem considerados para preparação dos reportes.

São princípios que visam estimular as organizações a divulgarem informações que consigam ser de fato úteis às partes interessadas em seus processos de tomada de decisão. Cabe a ressalva de que, no esforço para seguir os sete princípios, as organizações podem deparar-se com dilemas para conseguir atender a todos eles, ao mesmo tempo em que buscarem atender às Divulgações Recomendadas. No entanto, estes princípios devem ajudar as organizações a evitar informações desnecessárias e prover aquilo que de fato é relevante para os usuários das informações.

[11] Implementing the Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD, 2017)

De acordo com a TCFD, as informações divulgadas devem ser:

1. **Relevantes:** as informações devem se ater aos potenciais impactos dos riscos e oportunidades climáticos nos negócios, mercados, estratégias, balanços e fluxos de caixa futuros das organizações.

2. **Específicas e completas:** as divulgações devem apresentar uma visão integral, incluindo informações históricas e prospectivas, da exposição aos impactos climáticos, incluindo a natureza e o grau desses impactos, além da governança, estratégia, processos e desempenho efetivo relativos à gestão dos riscos e oportunidades climáticos.

3. **Claras, equilibradas e compreensíveis:** para atender aos interesses de todas as partes interessadas, as divulgações devem conter informações suficientemente granulares, não-enviesadas e explicações concisas e de fácil compreensão.

4. **Consistentes ao longo do tempo:** para possibilitar a comparação no tempo e identificar a evolução dos impactos das questões climáticas sobre os negócios, as informações devem ser apresentadas em linguagem e métricas consistentes.

5. **Comparáveis entre companhias do mesmo setor, indústria ou carteira de operações:** as informações devem possibilitar a comparação das estratégias, negócios, riscos e desempenho dentro das organizações e entre organizações do mesmo setor, indústria e região.

6. **Confiáveis, verificáveis e objetivas:** as informações divulgadas devem ser de alta qualidade, precisas e sem vieses; além de serem coletadas, registradas e analisadas de forma verificável e submetidas ao mesmo rigor das demais informações financeiras divulgadas pelas organizações.

7. **Tempestivas:** as informações climáticas devem ser atualizadas e divulgadas em relatório financeiro tradicional, por meios de comunicação adequados, pelo menos uma vez por ano; em caso de eventos pontuais com impacto financeiro material para as empresas, atualizações devem ser divulgadas tempestivamente.

3.4. Meios de reporte

Como mencionado no Princípio 7 para Divulgação Efetiva, espera-se que o reporte das informações esteja integrado aos reportes tradicionais das organizações. A TCFD não recomenda um meio específico para reporte, mas enfatiza a importância de que os relatórios financeiros incorporem as Divulgações Recomendadas, facilitando a identificação e análise por parte de investidores.

Além disso, recomenda-se que as organizações avaliem quais Divulgações Recomendadas são materiais para aqueles reportes já adotados pelas organizações: relatórios anuais, de sustentabilidade, posicionamentos e outros reportes para reguladores ou iniciativas voluntárias.

4. Correlação entre as Recomendações e demais *frameworks* de reporte

Atualmente os bancos já atendem a uma série de exigências regulatórias e de mercado sobre o tratamento de riscos e oportunidades socioambientais, entre os quais aqueles associados a mudanças climáticas. No Brasil, a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4327/2014, que trata da implantação de Políticas de Responsabilidade Social e Ambiental pelas instituições financeiras, foi um marco que acelerou um processo de evolução do setor bancário nacional neste tema, aumentando a transparência sobre governança, estratégia e gestão destes riscos. Além disso, controladores, acionistas e a sociedade civil também demandam há bastante tempo a incorporação destas questões socioambientais e seu reporte.

Desta forma, as Recomendações da TCFD não exigem um conjunto totalmente novo de informações a serem disponibilizadas pelos bancos. Portanto, um exercício inicial, foi identificar a correspondência entre as Recomendações e outros *frameworks* que tratam o tema socioambiental. Para esta análise de correspondência, foram selecionados *frameworks* de três tipos, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – *Frameworks* utilizados na análise de correlação*

Tipo de *framework*	*Frameworks*
Reportes voluntários	• Padrões do Global Reporting Initiative (GRI) • Suplemento Setorial para o Setor de Serviços Financeiros do GRI G4 • Questionário de Mudanças Climáticas do CDP (antes Carbon Disclosure Project), 2016-2017 • Questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), 2017[12] • Questionário do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), 2017
Reportes de mercados de capitais	• Formulário de Referência (Instrução CVM 480) • Formulário 20-F da Securities and Exchange Comission (SEC)
Demandas de regulação/ autorregulação nacional (que não necessariamente exigem reporte)	• Regulação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BCB) com foco em riscos socioambientais: Res. CMN 4327/14 e 4557/17; Circulares BCB 3841/17 e 3846/17 • Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) – Norma 014/14 sobre riscos socioambientais

* Elaboração própria

[12] Incluindo as perguntas específicas para instituições financeiras.

A análise de alinhamento das Recomendações a outros *frameworks* de reporte foi realizada no nível das Orientações gerais (*Guidance*), através da avaliação da similaridade entre o que nelas era pedido e as informações demandadas pelos demais *frameworks*. Para uma análise detalhada, as Orientações gerais foram divididas em 57 itens – de forma que cada um apresentasse um comando, uma orientação em si. Então, buscou-se nos *frameworks* analisados a correspondência para cada um destes itens.

Em alguns itens, a correspondência foi considerada de Alto alinhamento (A), quando havia no *framework* um ou mais requerimentos que juntos representassem total correspondência ou muito próxima com aquilo que era orientado pela TCFD. Para outros casos em que havia correspondência, porém não tão próxima ao orientado pela TCFD, o alinhamento foi considerado Médio (M). Nestes casos, enquadram-se principalmente requerimentos dos *frameworks* relativos a riscos socioambientais mas sem especificação sobre a questão climática.

Tabela 5 – Exemplo de análise de correlação*

Recomendação: Governança

Divulgação recomendada: b. Descrever o papel da diretoria executiva na avaliação e gestão de riscos e oportunidades climáticos

Item da orientação: Descrever os processos pelos quais a diretoria executiva é informada de questões relacionadas a clima

Demais *frameworks*	Requerimento(s) alinhados ao item da Orientação da TCFD	Grau de alinhamento
Padrões GRI	INDICADOR: "*Disclosure 102-19 - Delegating authority - Process for delegating authority for economic, environmental, and social topics from the highest governance body to senior executives and other employees.*"	Médio
CDP Climate Change	PERGUNTA: "*Governance C1.2a - Describe where in the organizational structure this/these position(s) and/or committees lie, what their associated responsibilities are, and how climate-related issues are monitored.*"	Alto

* Elaboração própria

Tabela 6 – Quadro-resumo de correlação entre Recomendações da TCFD e demais *frameworks**

Dimensão de recomendação	Percentual de alinhamento das recomendações aos demais *frameworks*								
	GRI Standards	GRI Standards + Suplemento Setorial do GRI	CDP Climate Change	ISE	DJSI	Formulário de Referência	SEC Form 20-F	Regulação CMN/BCB	Autorregulação SARB
Governança	14% A 57% M	14% A 57% M	71% A 14% M	0% A 43% M	0% A 43% M	0% A 29% M	0%	0% A 100% M	0% A 29% M
Estratégia	13% A 13% M	13% A 20% M	73% A 7% M	0% A 20% M	27% A 13% M	0% A 13% M	0% A 27% M	0% A 67% M	0% A 13% M
Gestão de riscos	11% A 11% M	11% A 33% M	78% A 0% M	33% A 11% M	0% A 11% M	0% A 22% M	0% A 11% M	0% A 78% M	0% A 11% M
Métricas e metas	41% A 12% M	47% A 24% M	65% A 24% M	59% A 18% M	59% A 12% M	0%	0%	0% A 12% M	6% A 6% M

* Elaboração própria

Ou seja, 14% das Recomendações TCFD sobre Governança – quando a dividimos em itens do Guidance - tem alto alinhamento com os GRI Standards, enquanto 57% tem médio alinhamento. O quadro deve ser lido de maneira análoga para as demais Recomendações e *frameworks*.

Estes resultados indicam que ao reportar em linha com outras iniciativas já existentes, os bancos podem já atender parcialmente às Recomendações da TCFD. Destaca-se principalmente o alto grau de alinhamento com os Padrões GRI e CDP Climate Change.

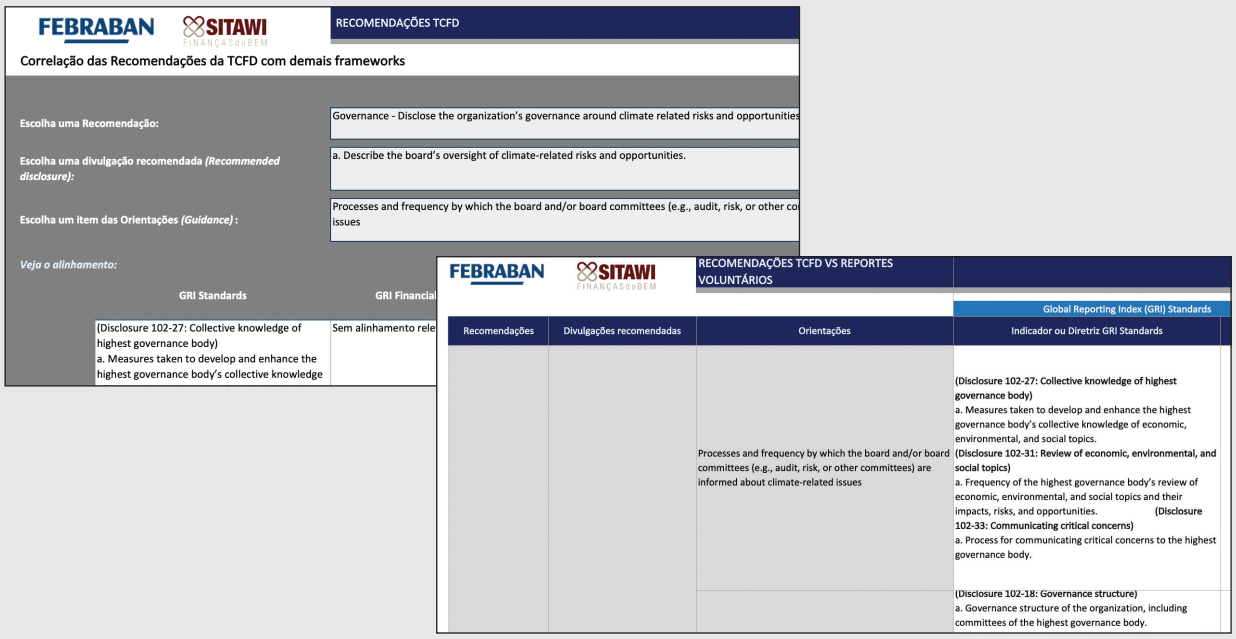
Isso não significa que automaticamente o banco está preenchendo as expectativas definidas pelas Recomendações da TCFD, já que nem sempre a qualidade da resposta dos bancos aos indicadores, perguntas ou requerimentos dos *frameworks* analisados é satisfatória. No entanto, o resultado desta análise de correlação permite ao banco identificar o quanto os demais *frameworks* voluntários de reporte o permitem aproximar-se da divulgação de informações recomendada pela TCFD.

Com relação à regulação CMN/BCB, o alto percentual de Médio alinhamento se deve aos requerimentos regulatórios que abordam o tema de risco socioambiental – que inclui a questão climática, mesmo que não mencionada explicitamente. Este alinhamento indica que o aperfeiçoamento de governança e estratégia, bem como o desenvolvimento de sistemas e processos de gestão de riscos conforme as Recomendações da TCFD podem auxiliar os bancos a melhor atender às Resoluções CMN 4327 e 4557, além das Circulares BCB a elas associadas.

O sentido inverso também é verdadeiro. Diversos requerimentos da resolução nacional sobre risco socioambiental têm correlação com as Orientações da TCFD, sendo que as últimas são específicas para risco climático. O estabelecimento de uma governança com responsabilidades sobre estes riscos e a realização de análises de cenários são itens que aparecem em ambos.

Ferramenta de Correlação entre TCFD e demais *frameworks*

Um dos produtos deste projeto é a disponibilização de uma ferramenta que permite aos bancos identificar quais indicadores, perguntas ou itens requeridos em cada *framework* estão alinhados a quais itens das Orientações (*Guidance*) das Recomendações da TCFD. Veja mais detalhes na seção 6.3.



FEBRABAN SITAWI FINANÇAS do BEM

RECOMENDAÇÕES TCFD

Correlação das Recomendações da TCFD com demais frameworks

Escolha uma Recomendação:	Governance - Disclose the organization's governance around climate related risks and opportunities
Escolha uma divulgação recomendada *(Recommended disclosure)*:	a. Describe the board's oversight of climate-related risks and opportunities.
Escolha um item das Orientações *(Guidance)* :	Processes and frequency by which the board and/or board committees (e.g., audit, risk, or other co issues

Veja o alinhamento:

GRI Standards	GRI Financial
(Disclosure 102-27: Collective knowledge of highest governance body) a. Measures taken to develop and enhance the highest governance body's collective knowledge	Sem alinhamento rele

FEBRABAN SITAWI FINANÇAS do BEM

RECOMENDAÇÕES TCFD VS REPORTES VOLUNTÁRIOS

			Global Reporting Index (GRI) Standards
Recomendações	Divulgações recomendadas	Orientações	Indicador ou Diretriz GRI Standards
		Processes and frequency by which the board and/or board committees (e.g., audit, risk, or other committees) are informed about climate-related issues	(Disclosure 102-27: Collective knowledge of highest governance body) a. Measures taken to develop and enhance the highest governance body's collective knowledge of economic, environmental, and social topics. (Disclosure 102-31: Review of economic, environmental, and social topics) a. Frequency of the highest governance body's review of economic, environmental, and social topics and their impacts, risks, and opportunities. (Disclosure 102-33: Communicating critical concerns) a. Process for communicating critical concerns to the highest governance body.
			(Disclosure 102-18: Governance structure) a. Governance structure of the organization, including committees of the highest governance body.

Finalmente, parte do que já deve ser reportado no âmbito do mercado de capitais sobre identificação e gestão de riscos está em linha com as Recomendações da TCFD. Além de permitir que os bancos reportem de forma mais precisa a relação entre seus negócios e as mudanças climáticas, o atendimento às Recomendações da TCFD os permite melhorar a gestão de riscos e oportunidades climáticas, atendendo às expectativas de investidores no mercado de capitais.

5. Práticas internacionais

Instituições financeiras que já identificaram relevante exposição às mudanças climáticas vêm realizando análises para entender em que grau essa exposição se dá e como podem responder a riscos. Como consequência, algumas vem incorporando práticas de gestão de risco climático no nível consolidado de suas carteiras e no nível individual das operações.

Ainda assim, a gestão de riscos e oportunidades climáticas mostra-se um grande desafio mesmo para bancos com maior experiência na utilização de referências internacionais para gestão socioambiental. Uma amostra relevante é constituída por aqueles bancos que aderem ao CDP Climate Change, pelo qual empresas abertas de diferentes setores reportam sobre questões relacionadas às mudanças climáticas para seus negócios.

Entre as mais de 200 instituições financeiras que responderam ao questionário CDP Climate Change 2017, apesar de 90% declararem integrar questões climáticas à sua estratégia e 79% adotarem incentivos para funcionários vinculados ao cumprimento de metas climáticas, ainda existe baixa adesão a práticas recomendadas pela TCFD. Apenas 18% adotam um preço interno para o carbono e 17% calculam suas emissões de GEE financiadas[13], por exemplo.

[13] Emissões financiadas são aquelas resultantes dos projetos/bens financiados e/ou resultantes das atividades desenvolvidas pelo cliente e viabilizadas pelo crédito obtido.

Tabela 7 – Adesão de práticas de instituições financeiras respondentes ao CDP Climate Change*

Práticas das instituições financeiras respondentes ao CDP[14]	No mundo	No Brasil
Engajamento da alta liderança	Alto	Alto
Integração do tema Mudanças Climáticas à estratégia	Alto	Alto
Gerenciamento de riscos e oportunidades climáticas associados aos demais processos de gestão	Alto	Alto
Adoção de preço interno de carbono	Baixo	Limitado
Mensuração de emissões de GEE escopo 1 e 2 de suas atividades[15]	Alto	Alto
Mensuração de emissões de GEE financiadas	Baixo	Baixo
Meta de redução de emissões e/ou aumento de uso de energias renováveis	Razoável	Razoável
Incentivos para cumprimento de metas relacionadas às mudanças climáticas	Alto	Razoável
Incentivos aplicáveis à alta liderança (Conselho de Administração / Diretoria Executiva)	Baixo	Baixo
Incentivos aplicáveis transversalmente ao quadro de funcionários	Limitado	Baixo

Alto (100 - 75%) Razoável (75 - 50%) Limitado (50 - 25%) Baixo (25 - 0%)

* Elaboração própria a partir dos dados do CDP

Como já abordado, as Recomendações da TCFD são mais do que orientações de reporte, são práticas que visam melhorar a gestão de riscos e oportunidades climáticas. No cenário internacional, há bancos desenvolvendo iniciativas já alinhadas ao que recomenda a TCFD. Na tabela 8 são apresentadas melhores práticas neste sentido, junto a lições que podem ser consideradas pelos bancos brasileiros.

[14] No mundo, as amostras variam de 214 a 270 instituições financeiras que responderam às perguntas relacionadas a estas práticas. Nestas amostras, há de 6 a 9 respostas de instituições brasileiras, que estão destacadas na coluna da direita.

[15] São aquelas emissões decorrentes do funcionamento administrativo do banco. No escopo 1, estão aquelas provenientes de energia consumida pelo banco e gerada por fontes que pertencem ou são controladas pelo banco (ex: decorrentes de geradores para agências bancárias, veículos próprios). As emissões do escopo 2 são aquelas de energia adquirida pelo banco, ou seja, provenientes de energia consumida pelo banco mas gerada por terceiros (ex: decorrentes da energia comprada da distribuidora para consumo nas agências e escritórios).

Tabela 8 – Casos internacionais de alinhamento às recomendações da TCFD*

Caso	Detalhamento	Alinhamento às Recomendações	Lições
Análise de lacunas frente às Recomendações TCFD, Barclays	Formação de grupo de trabalho interno (Barclays TCFD Forum) com representantes de diferentes áreas e funções. Realização, com apoio de especialistas externos, de análise de lacunas do reporte anual do banco frente às Recomendações e comparação com pares.	Transversal	• A análise de alinhamento com práticas de reporte e compromissos a respeito de gestão de risco climático já adotados representa um passo inicial para priorizar ações subsequentes • É importante engajar diferentes *stakeholders* internos, que precisam incorporar a questão climática a suas responsabilidades
Análise de cenários e reporte da carteira de setores críticos, BNP Paribas	Análise do impacto de cenários de riscos de transição sobre o EBITDA de clientes de setores críticos, cujos resultados podem ser integrados ao *rating*. Adicionalmente, o banco foi um dos primeiros a divulgar a exposição da carteira a setores carbono-intensivos.	• Estratégia • Gestão de riscos • Métricas e metas	• O uso de cenários climáticos científicos – no caso, as projeções da International Energy Agency – serve de suporte e facilita a comunicação com investidores e clientes • O mapeamento da carteira e as análises de cenários permitiram que o banco definisse metas para redução de sua exposição a ativos carbono-intensivos e aumento do apoio a setores de baixo carbono.

Caso	Detalhamento	Alinhamento às Recomendações	Lições
Teste de estresse em abordagens complementares *top-down* e *bottom-up*, UBS	Teste de estresse em duas abordagens: (i) *top-down*: como riscos regulatórios (ex: precificação de carbono) modificam variáveis macroeconômicas, impactando setores de maior exposição; (ii) *bottom-up*: como riscos físicos e regulatórios impactam empresas de setores de maior exposição, gerando resultados que podem ser extrapolados para todo o setor.	• Estratégia • Gestão de riscos • Métricas e metas	• Resultados destes testes facilitam a identificação de possíveis ações mitigadoras dos riscos para o banco • As limitações identificadas na aplicação dos modelos indica potenciais ações de engajamento junto aos clientes (ex: necessidade de solicitar mais informações das empresas)
Inclusão da variável "carbono" em análises setoriais de *rating*, UniCredit	Exercício de inclusão da variável "carbono" na análise de clientes: os custos associados a emissões impactam o "valor econômico adicionado" (EVA), e como resultado, o *rating* setorial pode ser ajustado. Foram considerados custos associados às emissões de setores carbono-intensivos, cobertos pelo Sistema de Comércio de Emissões Europeu (EU-ETS).	• Estratégia • Gestão de riscos • Métricas e metas	• Trata-se de um avanço na incorporação do tema mudanças climáticas na tomada de decisão, já que as análises de rating tradicionalmente não incorporam este tema. • Identificou-se a necessidade de maior clareza de políticas públicas para que as análises sejam mais precisas

Caso	Detalhamento	Alinhamento às Recomendações	Lições
Análise de cenários e divulgação de riscos climáticos como fator de incerteza ao desempenho do banco, Standard Chartered	Incorporação dos riscos climáticos físicos e de transição como uma das principais incertezas para o desempenho do banco. Esta iniciativa foi acompanhada pelo envolvimento do Conselho de Administração e pelo desenvolvimento de análise de cenários para clientes do setor de geração de energia, a serem replicadas para outros setores.	• Governança • Estratégia • Métricas e metas	• O envolvimento de um comitê de sustentabilidade já previamente estabelecido, formado a partir Conselho de Administração, foi um facilitador para avanço. • Os riscos climáticos foram abordados no Relatório Anual do banco junto a demais tipos de risco, o que está alinhado à demanda de incorporação desta questão aos processos tradicionais de gestão de risco.
Posicionamento e Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas, Westpac	Análise de cenários de longo prazo, supervisionada pelo Comitê Diretor, e que foi suporte para a atualização do seu Climate Change Position Statement (2008) e definição de um Plano de Ação, com foco em ações para redução da exposição do portfólio de crédito e aproveitamento de oportunidades.	• Governança • Estratégia • Gestão de riscos • Métricas e metas	• Engajamento da Diretoria Executiva foi um facilitador • Análise de cenários permitiu revisão de priorizações setoriais, produtos e salvaguardas, além do estabelecimento de metas concretas: riscos e oportunidades identificadas

Caso	Detalhamento	Alinhamento às Recomendações	Lições
Divulgação da exposição e metas, Yes Bank	Mensuração e reporte de emissões financiadas, em linha com as Recomendações da TCFD, além de reportar o risco climático como um dos fatores de risco para o desempenho do banco. O banco também definiu metas para apoio a setores de baixo carbono com prazo em 2020, indicando que os processos de tomada de decisão levarão estas metas em consideração.	• Governança • Gestão de riscos • Métricas e metas	• Os riscos climáticos foram abordados no Relatório Anual do banco junto a demais tipos de risco, o que está alinhado à demanda de incorporação desta questão aos processos tradicionais de gestão de risco. • O envolvimento de estrutura organizacional liderada pelo CEO do banco com foco em sustentabilidade denotou envolvimento da alta liderança e facilitou a materialização dos resultados iniciais dos esforços para implementação das Recomendações.

* Elaboração própria

Em adição aos esforços individuais dos bancos para a conformidade com as Recomendações, a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP-FI) iniciou em 2017 o Projeto Piloto TCFD. Nesta, 16 bancos, entre os quais dois brasileiros – Bradesco e Itaú[16], discutiram e testaram modelos e ferramentas para análise de cenários de riscos físicos e de transição, um dos pontos-críticos para implementação das Recomendações. O quadro a seguir sumariza os resultados do Piloto.

[16] Demais bancos: ANZ, Barclays, BBVA, BNP Paribas, Citibank, DNB, NAB, Rabobank, RBC, Santander, Société Generalé, Standard Chartered, TD Bank, UBS

O Projeto Piloto da UNEP-FI

As discussões e elaboração de ferramentas e métodos foram divididas em duas partes: uma com foco em riscos de transição e outra para riscos físicos. Nos dois casos, os bancos envolvidos testaram as ferramentas e identificaram limitações delas, bem como limitações próprias para que os habilitassem a aplicar análises de cenários com base nestas ferramentas. Dessa forma, o Piloto trouxe mensagens para trabalhos futuros no desenvolvimento de análises de cenários e para aperfeiçoamento da coleta de informações dos bancos sobre suas carteiras.

Dois relatórios foram produzidos no âmbito do Piloto para compartilhar as lições aprendidas: "Extending Our Horizons" sobre riscos físicos, publicado em abril/2018; e "Navigating a New Climate" sobre riscos de transição, publicado em julho/2018.

Riscos de transição

A metodologia de análise dos riscos de transição consistiu em uma abordagem analítica composta por três módulos: cenários de transição (trajetórias de fatores de risco), avaliação dos impactos sobre a carteira e calibragem a nível individual (dos clientes).

Os cenários de transição fornecem possíveis trajetórias para os fatores de risco e seus impactos financeiros sobre diferentes setores e geografias nas próximas décadas, como por exemplo os possíveis custos diretos e indiretos das emissões. A calibragem no nível dos clientes avalia o impacto dos cenários de transição sobre seus negócios em cenários de aumento de temperatura em 2030 e 2040, observando mudanças na probabilidade de *default* (PD), permitindo que cada banco personalize sua abordagem. Por fim, a avaliação do impacto sobre a carteira fornece uma estrutura analítica que torna a metodologia reproduzível e sistemática, pois permite a extrapolação dos resultados obtidos na calibragem para segmentos da carteira que apresentam a mesma exposição aos riscos de transição, chegando à perda esperada deste risco.

Cada banco realizou a análise de cenários em algum setor entre três daqueles críticos indicados pela TCFD (Construção Civil, Mineração e Óleo e gás) que fosse representativo para sua carteira de crédito. Os resultados dos estudos de caso demonstraram diferentes graus de impacto de acordo com os setores ou subsetores. Identificou-se também que carteiras de clientes com piores *ratings* tinham maior *downgrade* quando projetados os impactos nos cenários futuros.

Os participantes do Piloto reportaram que o exercício de análise desenvolvido no projeto permitiu a identificação inicial de empresas mais expostas, que podem se beneficiar de maior engajamento e apoio. No entanto, entendeu-se que a metodologia pode ser melhorada a partir do refinamento dos inputs e calibragens do modelo. Foi reportado que é preciso haver maior divulgação de dados climáticos padronizados e transparentes pelas empresas, que é preciso analisar o impacto sobre outras métricas de crédito além das utilizadas e que as ações mitigadoras de riscos climáticos tomadas pelas empresas – não consideradas nesta análise - devem ser avaliadas para diferenciar melhor o impacto entre pares do mesmo setor.

Riscos físicos

Para estes riscos, foram elaboradas duas metodologias de avaliação: uma que considera os riscos incrementais e extremos, executada pelos bancos do Piloto para os setores de Agricultura e Energia (mas que poderia ser utilizada para outros setores); e uma segunda para o setor Imobiliário, considerando apenas os riscos climáticos físicos de eventos extremos.

A partir da aplicação das metodologias, os bancos podem executar uma avaliação inicial da exposição de suas carteiras aos riscos climáticos físicos, avaliando os impactos destes riscos sobre métricas de risco de crédito, como probabilidade de *default* (PD) e a taxa *loan-to-value* (LTV).

Como resultado da aplicação inicial das metodologias nos estudos de caso foi identificado que os impactos dos riscos físicos sobre o desempenho financeiro dos clientes e dos bancos são baixos, resultando em downgrade de um grau (*notch*), em média, nas carteiras dos bancos - e na maioria das vezes, apenas quando o cenário utilizado no teste de estresse é o de 4°C para 2040.

Nesse sentido, os participantes do Piloto consideraram que o projeto foi um bom ponto de partida para que as instituições comecem a avaliar sua exposição aos riscos climáticos físicos, porém concordam que há um grande avanço a ser feito e que estas primeiras estimativas precisam de refinamento, principalmente no que tange a granularidade dos dados dos clientes disponíveis, e o acesso e a qualidade das bases de dados climáticos.

Outros pontos destacados pelos bancos como formas de refinar os resultados da análise referem-se à integração de dados macroeconômicos das mudanças climáticas à metodologia e o melhor entendimento sobre a evolução das políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas e dos produtos e prêmios do mercado de seguros.

6. Engajamento nacional e próximos passos

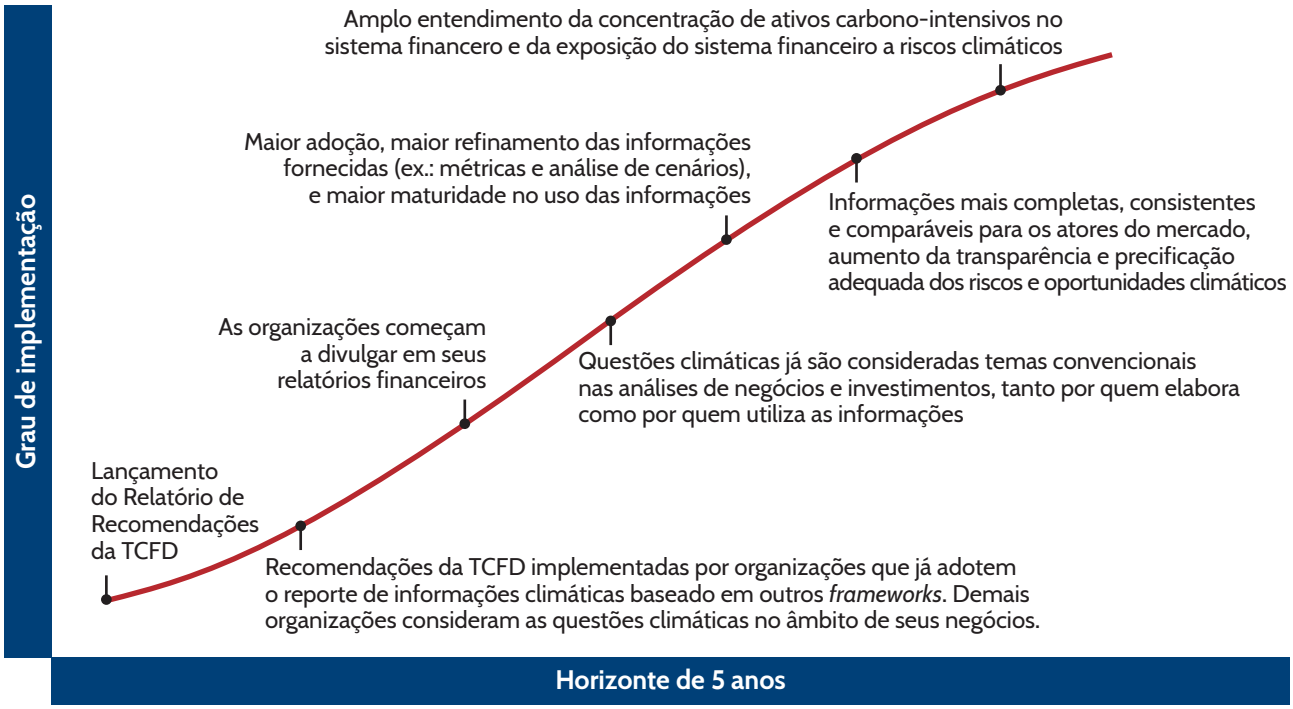
6.1. A trajetória de implementação

Para elaborar um plano de ação com orientações ao setor bancário brasileiro, foi avaliada a aplicabilidade das Recomendações, com base no seu alinhamento aos outros compromissos de reporte já adotados e às demandas da regulação nacional, além da identificação de melhores práticas internacionais.

O êxito das Recomendações da TCFD está diretamente relacionado ao seu grau de implementação no curto prazo pelas organizações, de forma que as questões climáticas se tornem parte natural do processo de gerenciamento de riscos das organizações e dos seus planos estratégicos.

Assim, a TCFD estabeleceu um horizonte temporal desejado de cinco anos a partir da divulgação das Recomendações (junho/2017) para que estas estivessem plenamente difundidas nos setores financeiro e não-financeiro, sendo necessário, portanto, que as organizações com maior exposição às mudanças climáticas esforcem-se para implementação em um prazo mais curto.

Figura 2 – Horizonte temporal de implementação das Recomendações da TCFD*



* Adaptado de TCFD (2017)

Alinhado ao entendimento de que a implementação das Recomendações requer uma trajetória gradativa de aperfeiçoamento das estruturas e processos das organizações, a FEBRABAN propõe um conjunto de ações que leva em consideração os desafios e pontos de partida já existentes no setor bancário nacional. Entre estas ações, há aquelas a serem realizadas em nível individual pelos bancos e outras a serem implementadas no âmbito da FEBRABAN.

6.2. Recomendações aos bancos

O processo e a extensão da implementação das Recomendações não serão iguais para todos os bancos, variando de acordo com a sensibilidade da instituição aos riscos climáticos e a consequente materialidade das Recomendações. Esta sensibilidade depende da composição da carteira dos bancos e da complexidade dos produtos disponibilizados por eles. Isto porque as operações realizadas pelos bancos têm diferentes sensibilidades aos riscos climáticos, dependendo de variáveis como a natureza da atividade apoiada, sua localização e o volume da operação.

Essa abordagem está em linha com a Resolução 4327/2014, que requer dos bancos um Sistema de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais compatível com sua sensibilidade ao risco socioambiental, em função da relevância e proporcionalidade destes riscos.

Dessa forma, cada instituição deverá analisar a sua sensibilidade aos riscos climáticos, identificando a materialidade das divulgações recomendadas pela TCFD para o banco, e então priorizando as ações que devem ser implementadas no sentido da conformidade às Recomendações.

Entre os diferentes produtos e serviços oferecidos pelos bancos, a concessão de crédito é o de maior sensibilidade ao risco climático, já que há exposição ao risco de não-pagamento quando seus clientes são afetados pela materialização de riscos físicos e/ou de transição. Prazos mais longos nas operações de crédito também aumentam a sensibilidade dos bancos aos riscos climáticos, por três principais fatores: (i) operação passa por mais ciclos hidrológicos – que já vem sendo afetados pelas mudanças climáticas; (ii) existe uma tendência de intensificação das mudanças climáticas no médio e longo prazo; (iii) para reagir a esta intensificação ao longo do tempo, mais modificações nos mercados e sociedade podem ocorrer, o que se traduz em maior exposição a riscos de transição para as empresas.

Além disso, é esperado que bancos de maior porte – como aqueles pertencentes aos segmentos S1 e S2 da Resolução CMN 4553/2017 – tenham maior sensibilidade ao risco climático, pela maior probabilidade de que suas carteiras estejam expostas a setores considerados críticos.

Setores Críticos

Em suas Recomendações, a TCFD destaca que há setores com maior probabilidade de serem impactados pelas mudanças climáticas. Para a identificação destes setores, foram considerados três fatores: emissões de GEE, consumo de água, consumo de energia.

Este trabalho envolveu a análise de relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e outras organizações especializadas no tema, a consideração de guias de reporte socioambiental (ex: CDP, GHG Protocol, GRI, Sustainability Accounting Standards Board) e um processo de consulta pública. Como resultado, foram listados 18 reunidos em quatro grupos.

Estes setores podem ser considerados críticos para a sensibilidade das carteiras de crédito dos bancos aos riscos climáticos. O Anexo I apresentada uma correspondência entre eles e as Divisões CNAE.

Energia	Transportes	Materiais e Construção	Agricultura, Alimentos e Produtos Florestais
• Óleo e gás • Carvão • Utilidades elétricas	• Transporte aéreo de passageiros • Transporte marítimo • Transporte ferroviário • Serviços de transporte rodoviário • Automóveis e componentes	• Metais e mineração • Químicos • Materiais de construção • Bens de capital • Gestão e desenvolvimento imobiliário	• Bebidas • Agricultura • Alimentos embalados e carnes • Papel e produtos florestais

As propostas de ação desenvolvidas para serem implementadas individualmente pelos bancos foram detalhadas para além de suas descrições, a partir da caracterização dos seguintes aspectos:

I. **Requisitos mínimos:** os princípios ou passos-chave que devem ser considerados na implementação da ação;
II. **Recursos habilitadores:** recursos já existentes/utilizados hoje ou que estejam disponíveis e sirvam como ponto de partida para implementação da ação;
III. **Complexidade:** classificada em alta, média ou baixa, de acordo com o nível de esforço necessário para implementação;
IV. **Urgência:** também classificada em alta, média ou baixa, de acordo com a necessidade de sua implementação para destravar ações subsequentes.

Ainda que as trajetórias dependam de particularidades de cada banco, a interdependência entre as ações propostas permite desenhar um plano base de ações, com o seguinte sequenciamento:

Figura 3 – Plano de ações propostas para os bancos*

* Elaboração própria

(1) Após esta revisão inicial, espera-se que ela seja repetida periodicamente, acompanhando os avanços dos bancos.
(2) Após esta incorporação inicial, espera-se que ela seja ampliada, de acordo com os avanços dos bancos.

I – Aplicação da Régua de Sensibilidade como instrumento de priorização de ações estratégicas e materialidade do reporte

Descrição	A FEBRABAN desenvolveu uma Régua de Sensibilidade ao Risco Climático com base nos princípios da Resolução CMN 4327/2014 de Relevância e Proporcionalidade. O objetivo de disponibilizá-la aos bancos é ser uma ferramenta para: (i) priorização de ações de estratégia e gerenciamento de risco climático; e (ii) avaliação da materialidade das Divulgações Recomendadas, dada a sensibilidade da carteira de cada instituição.		
Requisitos mínimos	• Identificação da parcela da carteira exposta à setores críticos • Consideração das orientações de aplicação da TCFD para avaliação da materialidade das divulgações recomendadas de Estratégia e Métricas e Metas • Identificação de processos internos que necessitam revisão na Identificação da localização das unidades produtivas dos clientes, para aumentar precisão da aplicação da Régua		
Recursos habilitadores	• Régua de Sensibilidade, elaborada neste projeto • Base de informações sobre os clientes / operações		
Complexidade	**BAIXA a MÉDIA**[17]	**Urgência**	**ALTA**

II – Revisão sobre a governança de riscos climáticos (quem é responsável, quais as responsabilidades)

Descrição	Atendendo à Res. CMN 4327, os bancos já têm uma governança estabelecida para gestão de riscos socioambientais. É necessário que os bancos revisem se/quais destas instâncias têm responsabilidade sobre riscos climáticos. A partir disso, os bancos devem revisar seus instrumentos de reporte (ex: website, relatório anual, PRSA) para reportar a governança em linha com as Recomendações TCFD.		
Requisitos mínimos	• Identificação dos responsáveis e responsabilidades sobre riscos climáticos, a partir da governança do risco socioambiental atual • Identificação de responsáveis e responsabilidades adicionais • Atendimento às Orientações da Recomendação de Governança da TCFD		
Recursos habilitadores	• Consulta a relatórios anuais de bancos que estão adequando e reportando sua governança em linha com TCFD (bancos participantes da primeira fase do Piloto UNEP-FI publicarão até Agosto/2019) • Ações recomendadas no Plano de Ação elaborado neste projeto		
Complexidade	**BAIXA**	**Urgência**	**ALTA**

[17] De acordo com o refinamento da análise

Orientações relevantes para revisão sobre a governança

- Descrever processos e frequência com que o Conselho de Administração (CA) e/ou seus comitês (ex: de Auditoria, Comercial, Crédito, Risco) são informados sobre questões climáticas
- Descrever se os CAs e/ou seus comitês consideram questões climáticas ao revisar e orientar estratégias, grandes planos de ação, políticas de gestão de riscos, orçamentos anuais e planos de negócios, e ao estabelecer objetivos de desempenho da organização, monitoramento da implementação e desempenho e ao supervisionar grandes investimentos de capital, aquisições e desinvestimentos.
- Descrever se a organização atribuiu responsabilidades climáticas a posições ou comitês executivos; e, em caso afirmativo, se tais posições ou comitês reportam ao CA ou a um comitê associado ao CA, bem como se essas responsabilidades incluem avaliar e/ou gerenciar questões climáticas.
- Descrever como a diretoria executiva (através de posições específicas e/ou comitês) monitora questões climáticas

III – Revisão, com "a lente TCFD", das informações disponibilizadas publicamente em documentos dos bancos e demais *frameworks* de reporte

Descrição	Alguns bancos já disponibilizam uma série de informações sobre sua gestão de riscos e oportunidades climáticas em documentos próprios (ex: websites, Relatórios anuais/sustentabilidade, Relatórios de Gestão de Riscos, Formulários de Referência, 20-F, PRSA, Política Socioambiental) e nas respostas disponibilizadas para terceiros (ex: Questionário CDP, Questionário ISE B3). Este conteúdo deve ser revisado para: identificar quais informações já atendem às Recomendações TCFD, quais precisam ser revisadas e o que é necessário adicionar.		
Requisitos mínimos	• Consideração dos Princípios de Transparência Efetiva elencados pela TCFD • Atendimento às Orientações (*Guidance*) das Recomendações da TCFD de forma compatível com a sensibilidade do banco aos riscos climáticos [seção 3.3 desta publicação]		
Recursos habilitadores	• Régua de Sensibilidade elaborada neste projeto • Ferramenta de correlação TCFD vs demais *frameworks* de reporte elaborada neste projeto		
Complexidade	**BAIXA**	**Urgência**	**ALTA**

IV – Incorporação de agenda específica de implementação das Recomendações da TCFD aos Colegiados de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental e ao Conselho de Administração

Descrição	O apoio da alta liderança é essencial para que haja envolvimento no nível estratégico, respondendo à Recomendação de Governança da TCFD e impulsionando os demais níveis a se envolverem na implementação das demais Recomendações. Ao mesmo tempo, a agenda de implementação das Recomendações deve ser liderada no nível tático e operacional pelos Conselhos ou Comitês de Sustentabilidade ou Risco Socioambiental já estabelecidos nos bancos.		
Requisitos mínimos	• Sensibilização do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Riscos dos bancos acerca das Recomendações da TCFD e da necessidade de integração da questão climática ao planejamento estratégico e processos de gerenciamento de riscos • Incorporação da agenda de implementação ao Plano de Ação da PRSA dos bancos		
Recursos habilitadores	• Plano de Ação da PRSA exigido pela Resolução CMN 4327 • Conjunto de ações recomendadas para o setor bancário, elaborado neste projeto		
Complexidade	**MÉDIA**	**Urgência**	**ALTA**

V – Monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades climáticas

Descrição	Para analisar a sensibilidade de sua carteira aos riscos climáticos, o banco deve mensurar a parcela de crédito exposta a setores críticos conforme classificados pela TCFD. Além disso, a TCFD recomenda explicitamente o reporte da carteira exposta a ativos carbono-intensivos, que estão entre os setores críticos, e às oportunidades climáticas.		
Requisitos mínimos	• Consideração dos setores críticos definidos pela TCFD • Segmentação de clientes intra-Subclasses CNAE, entre setores que contribuem para intensificação vs mitigação das mudanças climáticas • Para aqueles bancos que não utilizam CNAE: análise de correspondência entre setores críticos TCFD vs outras taxonomias de classificação de setores (ex: Serasa, NAICS, GICS, classificações próprias do banco). • Consideração das Orientações Suplementares para Bancos da TCFD [seção 3.2 desta publicação], que sugere como ativos carbono-intensivos aqueles associados aos GICS de Energia e *Utilities* (excluindo *water utilities* e energias renováveis) e orienta sobre como a informação deve estar detalhada (ex: localização, qualidade do crédito) • Desdobramento desta ação em mensuração das emissões financiadas, dado que a maior parte destas emissões está associada aos ativos carbono-intensivos		
Recursos habilitadores	• Correspondência entre setores críticos definidos pela TCFD vs Divisões CNAE, elaborada no âmbito deste projeto		
Complexidade	**BAIXA**	**Urgência**	**MÉDIA**

VI – Recomendação de adesão a compromissos voluntários de reporte (ex: CDP, GHG Protocol) para os clientes mais críticos

Descrição	A fim de facilitar a obtenção de informações em linha com os Princípios de Transparência Efetiva (TCFD), os bancos devem recomendar a seus clientes mais críticos (i.e. de setores críticos com operações de maior volume e prazo) a adesão a compromissos voluntários, que estabelecem padrões de mensuração e reporte. Estas informações serão úteis no nível operacional (incorporadas ao processo de análise socioambiental de crédito) e gerencial (mensuração das emissões financiadas).		
Requisitos mínimos	• Equipes de relacionamento com clientes capacitada para informar equipes de Relações com Investidores e Tesouraria das empresas quanto à adesão a esses compromissos voluntários de reporte • Desenvolvimento de processo de coleta dos dados reportados a estas iniciativas (CDP, GHG Protocol)		
Recursos habilitadores	• Compromissos voluntários de reporte padronizados e disseminados no setor empresarial, destacadamente CDP e GHG Protocol • Correspondência entre setores críticos definidos pela TCFD vs Divisões CNAE, elaborada no âmbito deste projeto		
Complexidade	**BAIXA**	**Urgência**	**MÉDIA**

VII – Incorporação do tema Mudanças Climáticas nos processos de planejamento estratégico

Descrição	Para que os bancos considerem riscos e oportunidades climáticas em curto, médio e longo prazos, é necessário que esse tema seja integrado aos processos de planejamento estratégico (e suas revisões subsequentes).		
Requisitos mínimos	• Avaliação sobre a materialidade do risco associado a mudanças climáticas nos horizontes de curto, médio e longo prazos • Definição de desdobramentos para o plano tático e operacional, a serem integrados ao Plano de Ação da PRSA		
Recursos habilitadores	• Plano de Ação da PRSA exigido pela Resolução CMN 4327 e colegiados de sustentabilidade/gestão de riscos socioambientais • Análises de materialidade dos riscos socioambientais que já sejam realizadas pelo banco • Conjunto de ações recomendadas para o setor bancário, elaborado neste projeto		
Complexidade	**MÉDIA**	**Urgência**	**MÉDIA**

VIII – Elaboração de Posicionamento sobre Mudanças Climáticas, formalizando entendimento sobre o tema, iniciativas e compromissos

Descrição	A elaboração de um documento em que o banco expresse seu posicionamento sobre o tema, descreva suas iniciativas internas (ex: incorporação de risco climático na análise de crédito, incorporação ao planejamento estratégico) e apresente compromissos (ex: adesão a iniciativas voluntárias, apoio a economia de baixo carbono) sinaliza aos clientes e demais stakeholders a atenção e capacidade do banco para lidar com riscos e oportunidades climáticas.		
Requisitos mínimos	• Engajamento da alta liderança do banco, fundamental para que este tipo de documento se torne público • Alinhamento a demais políticas/manuais sobre riscos e oportunidades socioambientais que o banco já possua • Após incorporação à estratégia: definição de metas sobre apoio a setores críticos e setores/projetos de baixo carbono		
Recursos habilitadores	• Conjunto de ações recomendadas para o setor bancário, elaborado neste projeto • Ações que o banco já desenvolva associadas a riscos e oportunidades climáticas		
Complexidade	**MÉDIA a ALTA**[18]	**Urgência**	**MÉDIA**

[18] De acordo com o conteúdo disponibilizado no Posicionamento

IX – Desenvolvimento de análise de cenários climáticos para suas carteiras, partindo de projetos-piloto

Descrição	As ferramentas de análise de cenários permitem superar o problema do descasamento de horizontes temporais entre o planejamento estratégico e as trajetórias dos cenários climáticos, já que são um exercício no qual os bancos analisam a sensibilidade de suas carteiras atuais aos riscos climáticos futuros. As análises devem partir de pilotos em setores críticos e de alta exposição na carteira, com resultados incorporados aos Planos de Capital e demais processos de gerenciamento de riscos.		
Requisitos mínimos	• Envolvimento de equipes multidisciplinares dedicadas • Consideração de riscos físicos e de transição (incluindo preço interno de carbono) • Consideração de constituir provisões ou garantias para risco climático • Utilização de cenários climáticos, idealmente adaptados para incluir questões críticas para o Brasil (fornecendo premissas e *inputs* "tropicalizados") • Desenvolvimento de análises de curto, médio e longo prazos, identificando como o banco deve responder a estes resultados, e elaborando testes de estresse • Incorporação de resultados aos Planos de Capital, divulgando-os nos Relatórios de Gerenciamento de Risco		
Recursos habilitadores	• Suplemento Técnico sobre Análises de Cenários, publicado pela TCFD • Aprendizados divulgados pelo Piloto UNEP-FI TCFD • Aprendizados divulgados pela iniciativa da Ferramenta de Teste de Estresse Hídrico (GIZ / NCFA) • Futuros resultados da iniciativa Project for Market Readiness (PMR) Brasil sobre precificação de carbono • Correspondência dos setores críticos classificados pela TCFD vs Divisões CNAE elaborada no projeto FEBRABAN • Exigências da Resolução 4557/2017, em especial sobre análises de cenários e testes de estresse		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**MÉDIA**

X – Incorporação das informações relacionadas a clima nos relatórios financeiros

Descrição	O potencial impacto financeiro de riscos – especialmente – e oportunidades climáticas deve ser incorporado aos relatórios financeiros (ex: Formulário de Referência, Relatório de Gestão de Riscos), bem como os processos/ferramentas com os quais o banco gerencia este potencial impacto. A TCFD recomenda que os relatórios financeiros apresentem sempre informações sobre Governança e Gestão de Riscos, enquanto que aquelas relativas a Gestão de Riscos e Métricas e Metas dependerão da materialidade para o banco.		
Requisitos mínimos	• Consideração dos Princípios de Transparência Efetiva elencados pela TCFD Atendimento às Orientações (*Guidance*) das Recomendações da TCFD de forma compatível com a sensibilidade do banco aos riscos climáticos Avanço gradativo de acordo com os ciclos de reporte periódico, incorporando resultados do desenvolvimento de ferramentas e processos de gestão de riscos e oportunidades climáticas		
Recursos habilitadores	Ferramenta de correlação TCFD vs demais *frameworks* de reporte elaborada neste projeto		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**MÉDIA**

XI – Revisão de instrumentos de risco socioambiental utilizados na concessão de crédito, para incorporação de informações sobre exposição do cliente às mudanças climáticas

Descrição	Os bancos já utilizam instrumentos para análise de risco socioambiental no processo da concessão de crédito. É preciso revisar estes instrumentos para que incorporem informações sobre a exposição a mudanças climáticas, de acordo com a proporcionalidade e relevância das operações. O principal desafio é a identificação da localização das unidades produtivas dos clientes.		
Requisitos mínimos	• Incorporar as seguintes informações sobre o cliente/projeto: localização das operações (e fatores de risco locacionais), desempenho (ex: consumo de água, energia) e a capacidade da empresa gerir riscos decorrentes de sua exposição (ex: políticas e medidas de eficiência energética). • Para operações de crédito de maior volume e sem finalidade determinada, é necessário que o banco seja capaz de identificar a localização das unidades produtivas • Apoio de ferramentas que indiquem fatores de risco climático locacionais		
Recursos habilitadores	• Régua de Sensibilidade ao Risco Climático a ser disponibilizada pela FEBRABAN • Ferramentas restritas e abertas identificadas junto à FEBRABAN • Práticas e ferramentas já adotadas na concessão de crédito (ex: Questionário Socioambiental, Categorização de Risco Socioambiental, ferramentas de georreferenciamento), com destaque para aquelas já utilizadas no setor agrícola (uso do Zoneamento Agrícola de Risco Climático)		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**MÉDIA**

XII – Incorporação do risco climático no modelo de análise de crédito

Descrição	Clientes podem estar expostos a riscos climáticos não identificados no processo de concessão de crédito, o que pode afetar a qualidade da carteira do banco. Estes riscos devem ser incorporados à análise de cada operação de forma a afetar o *rating* dos clientes, ao menos para aquelas de setores críticos com maior volume e prazo.		
Requisitos mínimos	• Consideração de riscos físicos e de transição (incluindo adoção de preço interno de carbono) • Revisão de instrumentos de análise de risco socioambiental • Estabelecimento de métricas para cima ou para baixo no rating de crédito, de acordo com o risco climático • Envolvimento da área de crédito, área de risco e especialistas setoriais no desenvolvimento de métricas e na análise das maiores operações		
Recursos habilitadores	• Experiências a partir do Piloto UNEP-FI • Correspondência entre setores críticos definidos pela TCFD vs Divisões CNAE, elaborada no âmbito deste projeto • Práticas e ferramentas já adotadas na concessão de crédito (ex: Questionário Socioambiental, Categorização de Risco Socioambiental)		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**MÉDIA**

XIII – Incorporação da variável climática no desenvolvimento e avaliação de novos produtos

Descrição	No nível estratégico e tático, os bancos precisam avaliar quais e como seus produtos aumentam ou diminuem a exposição da carteira a riscos climáticos e como permitem a captura de oportunidades relacionadas às mudanças climáticas. Ao incorporar essa avaliação à tomada de decisão para novos produtos, a trajetória da carteira do banco pode se adaptar aos cenários de mudanças climáticas, e torna-se possível definir e acompanhar metas associadas ao tema.		
Requisitos mínimos	• Avaliação do impacto dos produtos existentes, com relação à intensificação, mitigação e adaptação das mudanças climáticas (ex: financiamento de veículos, linhas de crédito temáticas, estruturação de climate bonds) • Envolvimento da área de sustentabilidade / risco socioambiental no desenvolvimento e avaliação prévia de novos produtos, por exemplo incluindo representante destas áreas nos comitês de desenvolvimento de produtos e novos negócios.		
Recursos habilitadores	• Requerimento da Resolução CMN 4327/2014 sobre "avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços"		
Complexidade	ALTA	Urgência	BAIXA

6.3. Plano de ação no nível da FEBRABAN

Para facilitar o avanço da gestão de riscos e oportunidades climáticas, existem iniciativas que podem ser realizadas no âmbito da FEBRABAN, com compartilhamento de percepções e experiências entre seus associados. O objetivo é alcançar maior eficiência nos esforços necessários, com redução dos custos de adaptação e reforço da posição do setor bancário junto a seus grupos de interesse (ex: associações empresariais, reguladores).

Neste sentido, a FEBRABAN dará continuidade ao trabalho que resultou nesta publicação e realizará um plano de ação que tem duas características:

I. Abordar questões que de acordo com o Relatório Final de Recomendações da TCFD demandam maior discussão no mercado, para elaboração de ferramentas e metodologias.
II. Fornecer suporte transversal a estas questões e às ações a serem realizadas individualmente pelos bancos, por meio da sensibilização dos atores de mercado e fortalecimento das capacidades dos bancos.

As ações serão iniciadas em 2019 e 2020, de forma a apoiar o setor bancário na trajetória de adesão às Recomendações. O detalhamento das ações e o plano para sua implementação são apresentados nos Anexo II e III, respectivamente.

Tabela 9 – Questões que serão abordadas no plano de ação da FEBRABAN*

Questões que demandam maior discussão no mercado, de acordo com a TCFD	Suporte transversal	
Relacionamento com outras iniciativas de reporte Entender, aproveitar e fomentar as sinergias entre diferentes *frameworks* de reportes financeiros, de sustentabilidade e integrados	**Sensibilização nos bancos e empresas não-financeiras** Fomentar a percepção sobre a importância da gestão de riscos e oportunidades climáticas, em linha com as Recomendações da TCFD	**Fortalecimento das capacidades dos bancos** Apoiar, com ferramentas e compartilhamento de conteúdo, a gestão de riscos e oportunidades climáticas, em linha com as Recomendações da TCFD
Análise de cenários Identificar conjuntos de dados, ferramentas e metodologias alinhados ao cenário de aumento de 2°C (ou menos), bem aceitos e disponibilizados para uso comum		
Disponibilidade e qualidade de informações relacionadas a clima e seu impacto financeiro Aprofundar o entendimento de como questões climáticas se traduzem em riscos e incentivar a padronização de métricas que reflitam a exposição das instituições financeiras a estes riscos		
Exemplos de divulgação em linha com as Recomendações Disponibilizar exemplos para apoiar os responsáveis pela elaboração de relatórios, em linha com as Recomendações		

* Elaboração própria

6.4. E o setor não-financeiro?

Como apresentado no timeframe da seção 6.2, a melhor identificação, qualificação e quantificação de como riscos e oportunidades climáticas afetam negócios dependerá tanto dos responsáveis por reportar informações relacionadas a clima como daqueles que as analisam.

Dessa forma, o sucesso da implementação das Recomendações por parte do setor bancário brasileiro depende do engajamento das empresas nesta agenda, especialmente aquelas dos setores críticos, mais expostos às mudanças do clima.

Tal como no caso dos bancos abordado neste relatório, as Recomendações da TCFD são mais que uma ferramenta de reporte para as empresas, auxiliando-as a melhorar sua gestão dos riscos e de oportunidades climáticas. Neste processo, o esforço das empresas alinharem-se às Recomendações contribuirá para que o setor bancário precifique melhor este tema, o que facilita o diálogo para que juntos promovam adaptações nos negócios de modo a reduzir a exposição a riscos climáticos e capturar oportunidades da economia de baixo carbono.

ANEXO I
Correspondência entre Setores críticos definidos pela TCFD e Divisões CNAE

Setores de maior exposição, de acordo com a TCFD	Divisões CNAE correspondentes
Óleo e gás	19 - Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis
	06 - Extração de petróleo e gás natural
Carvão	35 - Eletricidade, gás e outras utilidades
Utilidades elétricas	
Frete aéreo	51 - Transporte aéreo
Transporte aéreo de passageiros	52 - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
Transporte marítimo	50 - Transporte aquaviário
	52 - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
Transporte ferroviário	49 - Transporte terrestre
Serviços de transporte rodoviário	52 - Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
Automóveis e componentes	29 - Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias
Metais e mineração	24 - Metalurgia
	05 - Extração de Carvão Mineral
	07 - Extração de minerais metálicos
	25 - Fabricação de produtos de metal
	09 - Atividades de apoio à extração de minerais
Químicos	20 - Fabricação de produtos químicos
Materiais de construção	08 - Extração de minerais não-metálicos
Bens de capital	28 - Fabricação de máquinas e equipamentos
Gestão e desenvolvimento imobiliário	41 - Construção de Edifícios
	42 - Obras de infraestrutura
	43 - Serviços especializados para construção
	68 - Atividades imobiliárias
Bebidas	11 - Fabricação de bebidas
Agricultura	01 - Agricultura, pecuária e serviços relacionados
Alimentos embalados e carnes	10 - Fabricação de produtos alimentícios
Papel e produtos florestais	02 - Produção florestal
	16 - Fabricação de Produtos de Madeira
	17 - Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel

ANEXO II
Ações no nível da FEBRABAN

I – Disponibilização da Régua de Sensibilidade ao Risco Climático para os bancos

Descrição	A Régua foi elaborada com base nos princípios de Relevância e Proporcionalidade da Resolução CMN 4327/2014. O objetivo de disponibilizá-la aos bancos é ser uma ferramenta para priorização de ações de estratégia e gerenciamento de risco climático, dada a sensibilidade das carteiras de cada instituição a este risco.		
Complexidade	BAIXA	Urgência	ALTA

II – Disponibilização da ferramenta de Correlação TCFD vs Demais *Frameworks*

Descrição	Os bancos já têm demandas de reporte, por regulação ou adesão às melhores práticas, que requerem informações associadas a gestão de riscos e oportunidades climáticas. A disponibilização da ferramenta de correlação permite que os bancos identifiquem essa correspondência e avaliem como estas respostas já são úteis para atender às Recomendações TCFD.		
Complexidade	BAIXA	Urgência	ALTA

III – Diálogo com associações empresariais (CEBDS e associações de setores críticos), com apresentação dos resultados deste projeto

Descrição	Apresentação do engajamento do setor bancário no tema e construção de agenda colaborativa com associações-chave, considerando que: (i) o sucesso da implementação das Recomendações TCFD pelos bancos depende do acesso às informações climáticas das empresas; (ii) as agendas das associações são um meio de influenciar a movimentação de setores.		
Complexidade	MÉDIA	Urgência	ALTA

IV – Treinamentos TCFD: riscos e oportunidades climáticas, para equipes técnicas dos bancos

Descrição	Compartilhamento de conteúdo direcionado a equipes de Sustentabilidade, Risco Socioambiental e Riscos sobre: ciência climática e impactos na economia real, riscos climáticos ao setor financeiro e Recomendações da TCFD.		
Complexidade	**MÉDIA**	**Urgência**	**ALTA**

V – Sensibilização e engajamento da alta liderança dos bancos, por meio dos fóruns já estabelecidos da FEBRABAN

Descrição	Fazendo uso dos fóruns de alta liderança já estabelecidos pela FEBRABAN, o tema deve ser levado a CEOs e presidentes de Conselhos de Administração dos bancos associados. Envolvimento de alta liderança é um ponto-chave das Recomendações da TCFD, e o processo de engajamento top-down foi identificado no *benchmarking* como um diferencial para que bancos dêem início à implementação destas Recomendações e atinjam resultados concretos em curto prazo.		
Complexidade	**MÉDIA**	**Urgência**	**ALTA**

VI – Formalização do compromisso da FEBRABAN como apoiador da TCFD

Descrição	Mais de 500 organizações formalizaram apoio à TCFD (até setembro/2018), entre as quais estão empresas que se comprometem em implementar as Recomendações e organizações setoriais ou reguladores interessados em apoiar esta implementação. Como a FEBRABAN vem liderando este tema, colocar-se como apoiador da TCFD sinaliza ao setor bancário a importância das Recomendações e dá destaque às ações planejadas.		
Complexidade	**MÉDIA**	**Urgência**	**ALTA**

VII – Desenvolvimento de cenários climáticos "tropicalizados" para análises de cenários nacionais

Descrição	Desenvolvimento de cenários de impacto das mudanças climáticas em setores-chave da economia nacional, considerando premissas válidas no âmbito nacional e diferenças dos impactos entre as diferentes regiões. Estes cenários podem convergir para um modelo nos moldes do que foi desenvolvido no Piloto da UNEP-FI. De fato, uma das conclusões do Piloto da UNEP-FI foi a de que requerimentos de capital compatíveis com o risco climático variam de acordo com condições de mercado e regulatórias globais, nacionais e regionais.		
Complexidade	ALTA	Urgência	ALTA

VIII – Revisão do método de "Mensuração de Economia Verde e Setores Críticos", incorporando reporte segmentado para clima

Descrição	O levantamento realizado periodicamente no âmbito da FEBRABAN pode incorporar a identificação da exposição das carteiras aos 'ativos carbono-intensivos', ou de forma mais ampla, aos setores críticos (de acordo com a TCFD). Adicionalmente, pode ser feita uma segmentação da carteira de setores ou projetos de economia de baixo carbono.		
Complexidade	MÉDIA	Urgência	MÉDIA

IX – Curadoria de ferramentas restritas e abertas que forneçam inputs para análise de risco climático dos clientes/projetos, incluindo diálogo com CDP

Descrição	Há ferramentas ainda pouco utilizadas e capazes de fornecer dados sobre (i) qualidade da gestão do risco climático em grandes empresas e (ii) fatores climáticos locacionais, de forma que os bancos possam coletá-los de maneira sistematizada. A curadoria de um conjunto de ferramentas prioritárias deve resultar na divulgação de como elas podem ser utilizadas pelos bancos para a análise de risco climático na concessão do crédito.		
Complexidade	BAIXA	Urgência	MÉDIA

X – Treinamento específico sobre as Recomendações TCFD para demais Comissões da FEBRABAN

Descrição	Compartilhamento de conteúdo específico sobre as Recomendações da TCFD com demais Comissões da FEBRABAN para além da Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS) e GT Riscos Climáticos (ex: Comissões Setoriais de Compliance e Crédito Rural; Comissões Executivas de RH e de Gestão de Riscos; e GT de Relato Integrado), para aumentar engajamento de diferentes áreas dos bancos no tema e proporcionar soluções que enderecem as Recomendações.		
Complexidade	**MÉDIA**	**Urgência**	**MÉDIA**

XI – Desenvolvimento de proposta de revisão das Divisões CNAE, separando setores que contribuem para intensificação vs mitigação das emissões de GEE e identificando os setores mais expostos às mudanças climáticas

Descrição	Tendo em vista a utilização de Divisões CNAE pelos bancos para classificar seus clientes, cabe a revisão daquelas Divisões (e seus níveis de detalhamento subsequentes) que juntam atividades econômicas que intensificam as mudanças climáticas, aquelas que mitigam e também aquelas que mais expostas. A proposta é de que haja uma separação permitindo que clientes sejam classificados de forma diferente, facilitando identificação de riscos/oportunidades e da contribuição dos bancos à mitigação das mudanças climáticas. Para que haja modificação, a proposta deve ser apresentada à Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) / Ministério do Planejamento.		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**BAIXA**

XII – Discussão sobre o desenvolvimento de um Normativo SARB ou instrumento associado, com diretrizes para o reporte das emissões das atividades dos bancos e das emissões financiadas

Descrição	Incluir a divulgação de emissões das atividades e emissões financiadas para os bancos participantes como parte do SARB é uma forma de estabelecer um marco comum para a mensuração e reporte das emissões dos bancos, especialmente as financiadas, para as quais há pouca padronização de métodos. Para isso, é necessária uma avaliação da capacidade dos bancos neste tópico, das maiores lacunas, necessidade de apoio e entendimento do potencial impacto deste normativo.		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**MÉDIA**

XIII – Incorporação dos resultados deste projeto à discussão sobre perdas socioambientais

Descrição	Riscos climáticos podem incorrer em perdas para os bancos ao afetar empresas da sua carteira de crédito. Alguns dos riscos físicos já se materializam hoje, e é importante avaliar se/como geram perdas financeiras para os bancos. Em paralelo, a FEBRABAN já discute a questão de perdas associadas a danos socioambientais à luz da Resolução 4327. Esta agenda pode incorporar uma avaliação específica de perdas associadas a clima.		
Complexidade	**ALTA**	**Urgência**	**BAIXA**

ANEXO III
Plano de ação para a FEBRABAN*

- **Concluído** — Construção de plano de ação
- **Iniciada** — Disponibilização da Régua de Sensibilidade às MC para os bancos
- **Iniciada** — Disponibilização da ferramenta de Correlação TCFD vs demais *frameworks*
- **Iniciada** — Diálogo com associações empresariais (início)
- **Não iniciado** — Treinamentos TCFD para equipes técnicas dos bancos
- **Não iniciado** — Sensibilização e engajamento da alta liderança dos bancos, por meio dos fóruns já estabelecidos da FEBRABAN
- **Não iniciado** — Formalização do compromisso da FEBRABAN como apoiador da TCFD
- **Não iniciado** — Desenvolvimento de cenários climáticos "tropicalizados"
- **Não iniciado** — Revisão do método de "Mensuração de Economia Verde e Setores Críticos", incorporando reporte segmentado para clima
- **Não iniciado** — Curadoria de ferramentas restritas e abertas
- **Não iniciado** — Treinamento específico sobre as recomendações para demais Comissões da FEBRABAN
- **Não iniciado** — Desenvolvimento de proposta de revisão das Divisões CNAE
- **Não iniciado** — Discussão sobre o desenvolvimento de um Normativo SARB ou instrumento associado, sobre reporte de emissões das atividades e financiadas
- **Não iniciado** — Incorporação dos resultados deste projeto à discussão sobre perdas socioambientais

* Elaboração própria

Este plano de ação será revisado a cada ano, para avaliar necessidades/oportunidades de ajuste nos planejamentos anuais da FEBRABAN

SITAWI
FINANÇAS do BEM

Preparado para:

FEBRABAN
Federação Brasileira de Bancos